



Câmara Municipal do Rio Grande  
PROCESSO Nº. 71543  
05/04/1999

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
REQUERIMENTO

COPIADO  
DO  
ORIGINAL

Exmo. Sr. Presidente

			ATA Nº.
EXPEDIENTE	/	/199	-----
ACEITO EM	/	/199	-----
APROVADO EM	/	/199	-----
REJEITADO EM	/	/199	-----
ARQUIVO			

OS VEREADORES abaixo assinados requerem a V. Exma., após ouvida a Casa seja encaminhado as comissões temáticas o seguinte:

Projeto de Resolução

"SUPRIME O ÍTEM "C" DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 79 DO CAPÍTULO III, DOS REQUERIMENTOS E ACRESCENTA ÍTEM NO PARÁGRAFO 2º, ALTERANDO SUA REDAÇÃO E ACRESCENTA PARÁGRAFO, RENUMERANDO OS DEMAIS.

Art. 1º - Fica suprimido o item "c" do parágrafo 1º do artigo 79 do capítulo III, dos requerimentos e acrescenta item no parágrafo 2º, alterando sua redação e acrescenta parágrafo, renumerando os demais, o qual passa a ter a seguinte redação:

- "Art. 79 - .....  
§ 1º -  
a).....  
b).....  
c) suprimido

§ 2º - Serão deferidos "Ad Referendum" do Plenário, os requerimentos que solicitem: Manifestação de regozijo, louvor ou pesar, por ofício, telegrama, fax ou por qualquer outra forma escrita;

§... o Vereador proponente poderá enviar as manifestações em seu nome próprio, sem consulta ao plenário."

Art. 2º - Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 31 de março de 1999.

Vereador Sergio Satt  
Lider PMDB

Dirceu Lopes  
Vereador - PT

VISTO



Estado do Rio Grande do Sul  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER

PROCESSO Nº 11.543

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 10 de Maio de 1999

[Assinatura]  
Presidente

[Assinatura]  
Vice-Presidente

[Assinatura]  
Secretário

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro





Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara Municipal do Rio Grande**

*Júlio Rodrigues*  
*Consultor Jurídico*

**PARECER Nº. 120/99**

**ORIGEM: Comissão de Constituição e Justiça.**

**PROC. Nº. 71.543/99.**

Recebemos para análise e parecer o processo epigrafado de Autoria dos **Vers. Sérgio Satt e Dirceu Lopes**, guarnecido por outros Edis.

Pretendem os Autores promoverem alterações de disposições regimentais.

Considerando a observação feita pelo **Ver. Júlio Martins**, Relator do referido projeto, passamos de imediato, e em primeiro, ao ali contido.

Tecnicamente, as leis se compõem de artigos, que se subdividem em parágrafos e incisos e estes em alíneas. Os parágrafos, se representam pelo símbolo "§"; os incisos por números romanos "I..." e as alíneas, por "letras".

Assim sendo, a primeira observação a ser feita é que, não é **recomendável** tecnicamente o uso da expressão "itens" na elaboração das leis, itens são todas as divisões de uma lei propriamente dito. A segunda é que, o símbolo de parágrafo não se presta para a representação do pretendido no projeto. Aliás, este deveria estar colocado na ementa, já que, somente se escreve por extenso quando parágrafo **único**, devendo ser representado por símbolos nos demais casos.

Outros aspectos:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal do Rio Grande**

O "ad referendum" significa dizer que os requerimentos despachados deverão, oportunamente, retornar ao plenário para votação.

Como conhecemos, a intenção louvável dos Autores, que é de agilizar os trabalhos no plenário legislativo, nos atrevemos a sugerir: Quem sabe ficaria melhor, suprimir-se como esta proposto, a letra "c", do § 1º, do art. 79 e acrescentarmos § 7º, consagrando o pretendido, no mesmo art., ou, ainda, inserirmos a norma escrita na letra "c", do referido, no § 6º, com alteração da sua redação.

Penso, se assim ficar estabelecido, os expedientes de - manifestação de regozijo ou pesar, por ofício, telegrama (expressão em desuso) ou por qualquer outra forma escrita - não mais retornariam ao plenário, para convalidar o "ad referendum".

Devida vênia, entendemos como inócuo a permissividade ao Vereador para envio de manifestações em seu nome próprio, até porque, mesmo na condição de singela pessoa, não precisaria de tal permissão regimental, tratando-se assim, de direito de expressão, assegurado a todos os cidadãos.

Com vênia, da CCJ, solicitamos submeter-se a consideração superior dos Autores as observações/sugestões contidas.

**EM CONCLUSÃO**

O projeto de resolução que se examina, peca por não adequado a técnica legislativa, além da improbiidade que se menciona.

Em 23.04.99

*Válto Rodrigues*  
CONSULTOR JURÍDICO